



18  
228

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0197603-8/01

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADAS: Aliete Guaraná Araújo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5526

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA DE MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO. INTEGRALIDADE DA PENSÃO COM O ACRÉSCIMO DE 11,98% DECORRENTE DA CONVERSÃO DA URV PARA O REAL. 1. Aos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público é devido o acréscimo do percentual de 11,98% relativo à conversão da URV, nos termos da jurisprudência consolidada, tanto nesta Corte quanto nos Tribunais Superiores. 2. A extensão desse reconhecimento à pensionista decorre da aplicação automática da regra da paridade (art. 40, §§ 7º e 8º da CF, na redação aplicável à época). 3. Por sua vez, cabe à FUNAPE, que não é órgão de quaisquer dos Poderes aludidos no art. 168 da CF, sob a supervisão da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, administrar o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado (§ 1º, art. 3º da Lei Complementar 28/00), independente do poder ao qual os servidores pertençam, sempre respeitando, porém, as regras constitucionais que sejam aplicáveis aos servidores e/ou seus pensionistas. 4. A exigibilidade de regime de benefício previdenciário concedido diretamente pela Constituição independe de previsão orçamentária específica, pelo que não há vulneração aos arts. 169 e 195 da CF. 5. Recurso de Agravo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0197603-8/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

19  
229

**RECURSO DE AGRAVO Nº: 0197603-8/01**

**AGRAVANTE:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

**AGRAVADAS:** Aliete Guaraná Araújo e Outros

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

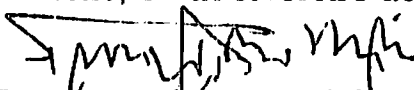
Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível nº 0197603-8, pela qual neguei provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, para o fim de incluir o percentual de 11,98%, resultante da conversão da moeda de cruzeiro real para URV, no ano de 1994, apenas na pensão da apelada Maria das Dores Silva Coutinho.

Sustenta o agravante, em apertada síntese, que (i) *"o índice de 11,98% (...), somente se aplica às hipóteses encartadas no art. 168 da Constituição Federal"*, não sendo o caso das agravadas, que, na condição de pensionistas de ex-membros do Poder Judiciário e não de membros de fato de tal Poder, não se enquadrariam no que preceitua tal artigo; (ii) *"a decisão ora agravada, ao determinar a implantação do percentual de 11,98% em favor das Apeladas, não observou a necessária limitação temporal ao direito reclamado"*; e (iii) houve violação aos arts. 127, 169 e 195 da CF/88.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

Ê, no que importa, o relatório.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

230

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0197603-8/01

AGRAVANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

AGRAVADAS: Aliete Guaraná Araújo e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**VOTO**

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

Trata-se de **Reexame Necessário e Apelação Cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital nos autos da Ação Ordinária nº 001.2004.014857-3, pela qual a apelada remanescente, pensionista de ex-servidor do Poder Judiciário, pleiteia da **FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco** e do **FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco**, este último como **litisconsorte passivo necessário**, a agregação em sua pensão do percentual de 11,98%, relativo à diferença resultante da conversão de suas remunerações para URV (Unidade Real de Valor), no ano de 1994, quando da implementação do Plano Real.

O Juízo de primeiro grau julgou *"procedente o pedido da inicial, a fim de assegurar à autora Maria das Dores Silva Coutinho o direito à reposição do percentual de 11,98% no valor de seus proventos, julgando improcedente o pedido em relação aos demais autores"*.

Em sua peça recursal (fls. 189/195), insistem os apelantes que a Sra. Maria das Dores Silva Coutinho não tem direito ao percentual de 11,98% decorrente da conversão da URV.

Decorreu *in albis* o prazo para apresentação das contra-razões (fls. 201).

É o essencial a relatar.

A apelada, pensionista de **ex-servidor do Poder Judiciário**, pleiteia a incorporação em seus vencimentos do percentual de 11,98%, relativo à diferença apurada quando da conversão de suas remunerações de cruzeiro real para URV (Unidade Real de Valor), no ano de 1994, nos moldes determinados pela Lei nº 8.880/1994, bem como os respectivos atrasados, devidamente corrigidos.

Deveras, é pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores e bem assim desta Corte, no sentido de que a diferença de 11,98%, relativa à reposição de diferenças resultantes da conversão da moeda no ano de 1994, conforme acima



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

231

explicitado, é devida apenas aos servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas (e não aos servidores do Poder Executivo).

Esse entendimento funda-se no art. 168 da Constituição Federal, que estabelece o prazo limite do dia 20 de cada mês para repasse dos duodécimos dos poderes e órgãos autônomos, donde resulta a diferença de 11,98%, correspondente aos dias restantes para completar o período estabelecido (1º de março subsequente), regra não aplicável, pois, ao Poder Executivo.

Trago à colação decisão da Primeira Turma do Excelso Pretório:

**"EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Admissibilidade. Servidor Público do Poder Executivo. Vencimentos. Reajustes. 11,98%. Conversão em URV. Art. 168 da CF. Impossibilidade. Agravo regimental provido. Extraordinário conhecido e provido. Ação julgada improcedente. A recomposição de 11,98% na remuneração dos servidores, por erro no critério de conversão da URV, não se aplica aos do Poder Executivo" (AI-Agr 394077/RJ, DJ 04/03/2005, p. 00017).**

Eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

**"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER EXECUTIVO. ÍNDICE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ACÓRDÃO REFORMADO. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.**

**1. Consoante a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é devida a diferença de 11,98%, relativa à conversão de cruzeiros reais em URVs, apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, os quais, por força do art. 168 da CF, percebiam efetivamente seus salários no dia 20 de cada mês.**

**(...)**

**4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp. 825128/AM, DJ 16/06/2006, p. 207)."**

A matéria é também pacífica nesta Corte:

**Enunciado 01 da 8ª Câmara Cível - "O acréscimo do percentual de 11,98% relativo à conversão da URV nos vencimentos ou proventos dos servidores públicos é devido apenas aos membros e servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, que perceberam seus vencimentos até o dia vinte de cada mês."**



22  
232

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**"MANDADO DE SEGURANÇA - CONSTITUCIONAL - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E PRELIMINAR DE FALTA DE COMPROVAÇÃO DO ÍNDICE DE 11,98% - NÃO CONHECIDAS - PLANO REAL - CONVERSÃO - URV - SERVIDORES DO EXECUTIVO - SEGURANÇA DENEGADA. Preliminar de não cabimento do Mandado de Segurança por ausência de prova pré-constituída e da preliminar de falta de comprovação do índice de 11,98%. Não conhecidas. No mérito, já está pacificada na jurisprudência pátria que o índice de 11,98% só é devido aos servidores públicos do judiciário, legislativo e ministério público, cujos vencimentos estão submetidos à norma do art.168 da Constituição Federal. À unanimidade de votos, foi denegada a segurança ao writ. (Mandado de Segurança nº 85844-6, DJ nº 131, de 14/07/2006)". Grifei.**

**"APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO TERMINATIVA. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DA CONVERSÃO DA URV PARA SERVIDORES APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DO PODER EXECUTIVO E INCIDÊNCIA PARA SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. ART. 168 DA CF/88. 01. Tratando-se de servidor e/ou pensionista, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, impossível é a aplicação do reajuste decorrente da conversão da URV, uma vez que o Colendo STJ já sedimentou o entendimento de que, apenas, os servidores do Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público fazem jus à incidência do percentual de 11,98% advindo da URV, em face da previsão estatuída no art. 168, da CF/88. 02. Existido na demanda, pensionistas de ex-servidores do Poder Judiciário, aplica-se em relação a elas o reajuste decorrente da conversão da URV. 03. Nada de novo veio com o recurso de agravo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior que extinguiu agravo de instrumento. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. (Recurso de Agravo nº 122692-4/01, DJ nº 52, de 18/03/2006)". Grifei**

No caso em comento, a apelada Maria das Dores Silva Coutinho faz jus à diferença em tela, independentemente do dia do mês em que o órgão previdenciário pagava a sua pensão, por força do princípio constitucional da paridade (aplicável ao caso, porquanto anterior à EC 41/2003), eis que lhe cabe receber exatamente o montante que seria pago ao seu falecido marido (servidor do Judiciário), se vivo e na ativa estivesse.

Ante o exposto, **nego provimento** ao reexame necessário para o fim de manter a sentença em todos os seus termos, prejudicado o apelo voluntário, o que faço com esteio no art. 557, caput, do CPC.

Pois bem.

4

RA 0197603-8/01



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

233

Conforme restou demonstrado, a questão cinge-se ao direito à percepção de pensão integral por pensionistas de membros do Poder Judiciário, nos mesmos valores que perceberiam os *de cujus*, se vivos estivessem, com o acréscimo de 11,98%, relativo à diferença resultante da conversão de suas remunerações para URV, quando da implantação do Plano Real em 1994.

A extensão desse reconhecimento aos respectivos pensionistas decorre da aplicação automática da regra da paridade (art. 40, §§ 7º e 8º da CF, na redação aplicável à época).

De fato, a decisão agravada apenas determinou que se corrigisse o valor da pensão percebida pelas agravadas ao montante dos vencimentos devidos ao *de cujus*, se vivo fosse, em estrita obediência ao comando do citado art. 40, §§ 7º e 8º, da CF.

No mais, quanto à alegação do agravante de que o benefício da agravada seria pago pela FUNAPE, que não é órgão de quaisquer dos Poderes aludidos no art. 168 da CF, esclareço que cabe à FUNAPE, sob a supervisão da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, administrar o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado (§ 1º, art. 3º da Lei Complementar nº 28/00), independentemente do Poder ao qual os servidores pertençam, sempre respeitando, porém, as regras constitucionais que sejam aplicáveis aos servidores e/ou seus pensionistas.

Assim, é irrelevante que a FUNAPE não receba recursos via duodécimos, porquanto o fundamento para a procedência do pedido é o efeito reflexo, na pensão da agravada, do princípio constitucional da paridade.

Por essa mesma razão, aliás, é desnecessário controverter sobre os limites temporais do *decisum*, eis que a liquidação da sentença e a correspondente execução serão balizadas exatamente pelo valor que receberia o servidor instituidor da pensão, se vivo estivesse, nos precisos termos da linha de entendimento esposada pelo STF na ADI 1.797/PE.

Finalmente, registre-se que a exigibilidade de regime de benefício previdenciário concedido diretamente pela Constituição independe de previsão orçamentária específica, pelo que não há vulneração aos arts. 169 e 195 da CF/88.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravo mantendo a decisão vergastada nos exatos termos em que lançada nos autos.

Ê como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator